



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**PERÍODO 2014-2016  
(NONA REVISÃO)**

**LEI Nº 9.496, DE 11/09/97**

**RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 65/99**

**CONTRATO Nº 004/99 STN/COAFI, DE 29/10/99  
ENTRE A UNIÃO E O ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**RIO DE JANEIRO – RJ, 20 DE JUNHO DE 2014**

# **PROGRAMA DE REESTRUTURAÇÃO E AJUSTE FISCAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

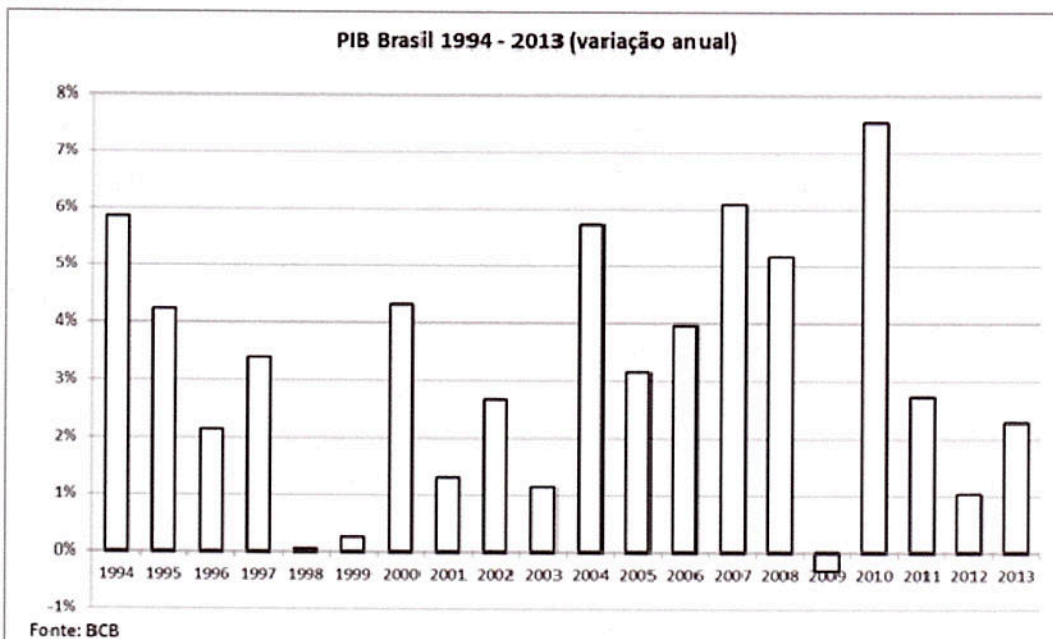
## **APRESENTAÇÃO**

1. Este documento apresenta a nona revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (Programa) do Estado do Rio de Janeiro (Estado), parte integrante do Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas nº 004/99 STN/COAFI (Contrato), de 29 de outubro de 1999, firmado com a União, no âmbito da Lei nº 9.496/97 e da Resolução do Senado Federal nº 65/99. O Programa dá cumprimento ao disposto na cláusula décima quarta do referido Contrato. Consoante o caráter rotativo do Programa, a presente revisão contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2014 a 2016.
2. Na seção 1 é apresentado diagnóstico sucinto da situação econômico-financeira do Estado; na seção 2 são definidos os objetivos e a estratégia do ajuste fiscal proposto pelo Estado; na seção 3 são apresentados metas e compromissos estabelecidos pelo Estado em conformidade com o artigo 2º da Lei nº 9.496/97 e, quando necessário, ações; na seção 4 é feita referência aos objetivos específicos vinculados à inclusão e manutenção de operações de crédito a contratar; e na seção 5 é definida a sistemática geral de acompanhamento do Programa e de verificação e revisão das metas e compromissos.
3. Compõem ainda o presente documento:
  - Anexo I – Planilha Gerencial;
  - Anexo II – Demonstrativo da Receita e da Despesa;
  - Anexo III – Demonstrativo da Receita Líquida Real;
  - Anexo IV – Demonstrativo da Relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real;
  - Anexo V – Demonstrativo das Operações de Crédito – Discriminação, Montantes Totais e Estimativa das Condições Contratuais;
  - Termo de Entendimento Técnico (TET) entre o Estado e a Secretaria do Tesouro Nacional (STN); e
  - Avaliação da STN sobre a Situação Financeira do Estado.



## 1. SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ESTADO

4. A economia brasileira apresentou, em 2013, um crescimento real de 2,3%, acima do registrado no ano anterior (1,0%, após revisões<sup>1</sup>). O PIB atingiu R\$ 4.840 bilhões, abaixo das previsões iniciais. O resultado final se manteve menor que a média mundial estimada pelo FMI (3,0%).



5. De acordo com o IBGE, tal expansão resultou do aumento de 2,1% do Valor Adicionado a preços básicos e do crescimento de 3,3% nos Impostos sobre Produtos líquidos de Subsídios. A variação nos impostos deve-se, principalmente, ao crescimento de 3,5% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), devido, em grande parte, ao desempenho positivo das atividades de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana e serviços de informação. O resultado do Valor Adicionado se decompõe da seguinte maneira: Agropecuária (7,0%), Serviços (2,0%) e Indústria (1,3%).
6. Em 2013, o PIB per capita (razão entre o valor corrente do PIB e a população residente estimada no meio do ano) alcançou R\$ 24.065 (em valores correntes), dando sinais de recuperação, ao registrar uma alta em termos reais de 1,4%.

28

<sup>1</sup> Após a publicação inicial, os valores referentes às contas nacionais ficam sujeitos a alterações devido a revisões periódicas realizadas pelo IBGE.



**Classes de atividade no setor adicionado a preços básicos e  
componentes do PIB pela ótica da despesa**

Especificação	Valores correntes -R\$ milhões	
	2012	2013
Agropecuária	198.137	234.623
Indústria	969.234	1.021.298
Serviços	2.557.699	2.847.592
<b>Valor Adicionado a Preços Básicos</b>	<b>3.725.069</b>	<b>4.103.513</b>
Impostos sobre produtos	667.025	734.437
<b>PIB a Preços de Mercado</b>	<b>4.392.094</b>	<b>4.837.950</b>
Despesas de Consumo das Famílias	2.750.191	3.022.018
Despesa de Consumo do Governo	935.829	1.064.529
Formação Bruta de Capital Fixo	798.142	889.284
Exportações de Bens e Serviços	552.843	608.210
Importações de Bens e Serviços (-)	616.374	728.787
<b>Variação de Estoque</b>	<b>(-) 28.537</b>	<b>(-) 17.203</b>

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais

Nota: Todos os resultados são calculados a partir das Contas Nacionais Trimestrais

7. Do ponto de vista da oferta, o setor agropecuário nacional verificou forte expansão em 2013, por conta da safra de grãos, com destaque especial para soja, que registrou aumento significativo da área plantada, incentivado pelos preços elevados no mercado internacional. Observou-se, também, aumento expressivo da produção de cana-de-açúcar no Centro-Sul, principal área produtora do país, devido ao aumento na taxa de renovação dos canaviais, estimulado pela linha de financiamento especial do BNDES (Prorenova), e pelo clima extremamente favorável.
8. Na Indústria, houve recuperação em relação ao ano anterior: 1,3%. Cabe ressaltar o desempenho de alguns setores importantes, como o setor de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana, que se manteve em patamares mais significativos (2,9%). A Indústria de Transformação e a Construção Civil também merecem destaque, ambas cresceram 1,9% em relação a 2012.
9. Segundo dados da CNI, em termos de faturamento real, a indústria de transformação cresceu 3,8% no acumulado de 2013 contra o mesmo período de 2012. A abertura por setores mostra expansão do faturamento em 17 dos 21 setores pesquisados, destacando-se máquinas e materiais elétricos (17,7%), Madeira (12,2%), máquinas e equipamentos (11,7%) e produtos diversos (11,5%). No mesmo período, o número de horas trabalhadas na indústria de transformação aumentou 0,1% e a utilização da capacidade instalada 0,3%.
10. O setor de serviços registrou aumento de 2,0% em relação ao ano anterior. Todas as atividades apresentaram crescimento acumulado no ano, tendo como destaques os Serviços de Informação (5,3%) e Transporte e Armazenagem e Correio (2,9%). O comércio cresceu 2,5%; sustentado pela manutenção das vendas de varejo em patamares elevados.
11. Pelo lado da demanda, a formação bruta de capital fixo cresceu 6,3%, puxada pelo aumento da produção interna de máquinas e equipamentos. A despesa de consumo das famílias obteve um acréscimo de 2,3% (décimo ano consecutivo de aumento), devido à elevação da massa salarial e das operações de crédito para as pessoas físicas. Já a despesa com a Administração Pública apresentou um crescimento de 1,9%.
12. Em relação ao setor externo, as importações tiveram crescimento bastante elevado (8,4%), enquanto as exportações registraram desempenho mais modesto (2,5%). Entre as exportações,

*JS*



destaque para os produtos agropecuários e outros equipamentos de transporte. Pelo lado das importações, a indústria petroleira e os serviços de alojamento e alimentação foram os destaques.

13. A taxa de investimento em 2013 foi de 18,4% do PIB, acima do verificado no ano anterior (18,2%). A taxa de poupança alcançou 13,9%, contra 14,6% no ano anterior. Já a necessidade de financiamento externo foi de R\$ 195,5 bilhões, contra R\$ 130,7 bilhões no ano anterior. Esta variação explica-se principalmente pela redução do Saldo Externo de Bens e Serviços no montante de R\$ 57 bilhões.
14. Com relação aos esforços fiscais do governo federal, os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (BCB) indicaram um superávit primário em 2013 de 1,90% do PIB (R\$ 91,3 bilhões). Comparativamente, 2012 teve um resultado primário superior, equivalente a R\$ 105 bilhões (2,39% do PIB).
15. As contas do Governo Central registraram superávit de R\$ 75,3 bilhões (1,57% do PIB), as contas dos governos regionais (Estados e Municípios), por sua vez, tiveram superávit de R\$ 16,3 bilhões (0,34% do PIB). Já, as empresas estatais apresentaram déficit, de R\$ 0,3 bilhão (0,01% do PIB) no ano.
16. Houve continuidade da redução na Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), totalizando 33,8% do PIB (contra 35,3% no ano anterior). Contribuíram para esta redução o superávit primário, o crescimento do PIB e, principalmente, a desvalorização cambial.
17. O saldo comercial brasileiro em 2013 foi de US\$ 2,6 bilhões, resultado inferior ao apresentado em 2012 (US\$ 19,4 bilhões). Mas as exportações brasileiras continuam em um nível elevado (terceiro maior valor da série histórica, US\$ 242,2 bilhões, apenas 1,0% inferior ao registrado em 2012), com destaques especiais para os automóveis, que registraram 46,1% de crescimento no valor exportado sobre 2012 e soja em grão com um aumento de 29,7%.
18. No que diz respeito à elevação dos preços, o IGP-DI apresentou uma desaceleração em 2013, se comparado ao ano anterior, alcançando 5,57%, ante 8,10% em 2012. Em relação ao IPCA, índice utilizado pelo governo federal como parâmetro das metas de inflação, foi registrada variação de 5,91% em 2013, próximo do limite superior da meta (6,5%), e ligeiramente acima do número de 2012, quando o IPCA alcançou o valor de 5,84%.

**Principais Indicadores, 2009 a 2013**

ESPECIFICAÇÃO	2009	2010	2011	2012	2013
Superávit Primário - Governo Federal (%PIB)	2,00%	2,70%	3,11%	2,39%	1,90%
DLSP (%PIB)*	42,07	39,15	36,41	35,29	33,83
SELIC*	8,65	10,67	10,91	7,29	9,9
IPCA	4,31	5,91	6,50	5,84	5,91
Saldo Comercial (US\$ Bilhões)	25,29	20,15	29,79	19,39	2,56
Câmbio Nominal (R\$/US\$)*	1,74	1,67	1,88	2,04	2,34
IGP-DI*	-0,94	11,28	4,64	8,10	5,57

\* Final de período

Fonte: IPEA Data (Selic, saldo comercial, câmbio nominal, IGP-DI); e BACEN (Superávit primário, DLSP)

19. De acordo com o Ministério da Fazenda, a meta de superávit primário em 2014 é de R\$ 99 bilhões, o que representa 1,9% do PIB. Para a entidade, a estimativa para o crescimento do PIB é de 2,5%.
20. Segundo o IBGE, o último trimestre do ano de 2013 registrou um crescimento acima das expectativas (0,7% frente ao trimestre imediatamente anterior, com ajuste sazonal), sinalizando uma recuperação gradual da economia. O setor de serviços, pelo lado da oferta, mereceu destaque, por conta do avanço de 0,7%. Pela ótica da demanda, todos os componentes obtiveram expansão

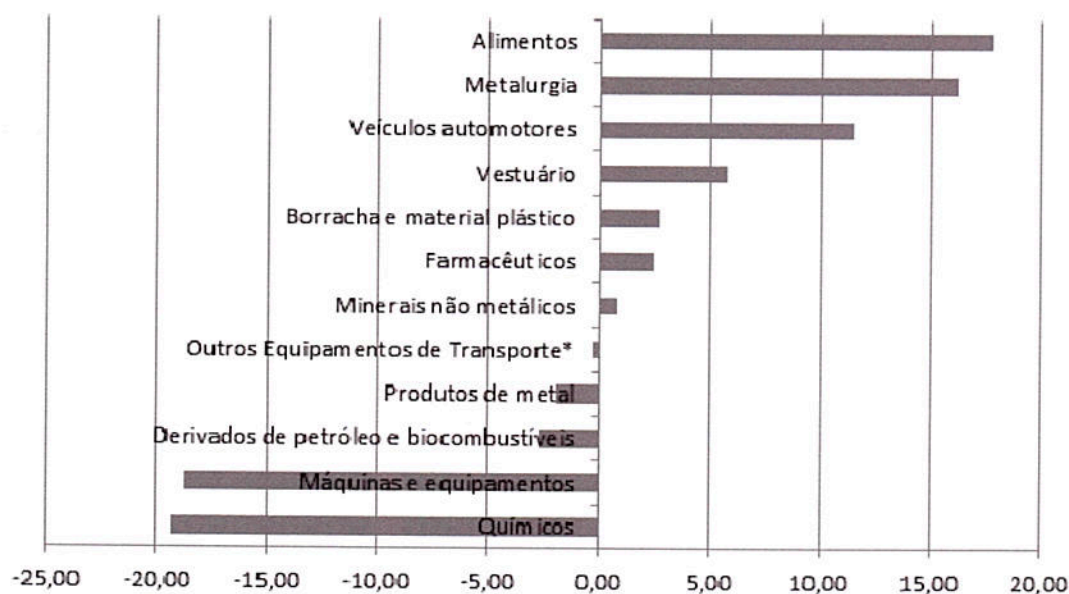
*28*



no trimestre. Cabe ressaltar, que em relação ao setor externo, as exportações de bens e serviços cresceram 4,3%, contra uma variação negativa de 0,1% nas importações.

21. Vê-se, portanto, que em 2013 o desempenho da economia brasileira superou o registrado em 2012, mas ficou abaixo do esperado no início do ano, o que pode ser explicado pelo fraco desempenho da indústria e pelo arrefecimento do comércio. A farta oferta de crédito, associado ao aumento dos gastos de governo, contribuiu para a aceleração da inflação. Além disso, as dificuldades já conhecidas relacionadas às restrições estruturais como: baixa produtividade do trabalho, legislação tributária complexa e infraestrutura precária têm prejudicando o crescimento do país nos últimos anos.
22. Em linha com o crescimento nacional, o PIB do estado teve expansão moderada em 2013. De acordo com dados do IBGE, após queda de 0,2% no terceiro trimestre, a economia fluminense registrou aumento de 0,1% nos três últimos meses do ano em relação aos três meses anteriores. Na comparação com o quarto trimestre de 2012, a expansão foi de 1,93%.
23. De acordo com os dados da Firjan, o desempenho da indústria de transformação no Estado do Rio de Janeiro registrou uma variação anual positiva de 4,44%. Cabe destacar que houve um crescimento importante no setor alimentício (17,38%), metalúrgico (16,17%) e automobilístico (11,49%), por conta do aumento da renda e da disponibilidade de crédito. Por outro lado, os setores químicos (-19,41%) e de máquinas e equipamentos (-18,77%) obtiveram um desempenho desfavorável no último ano.

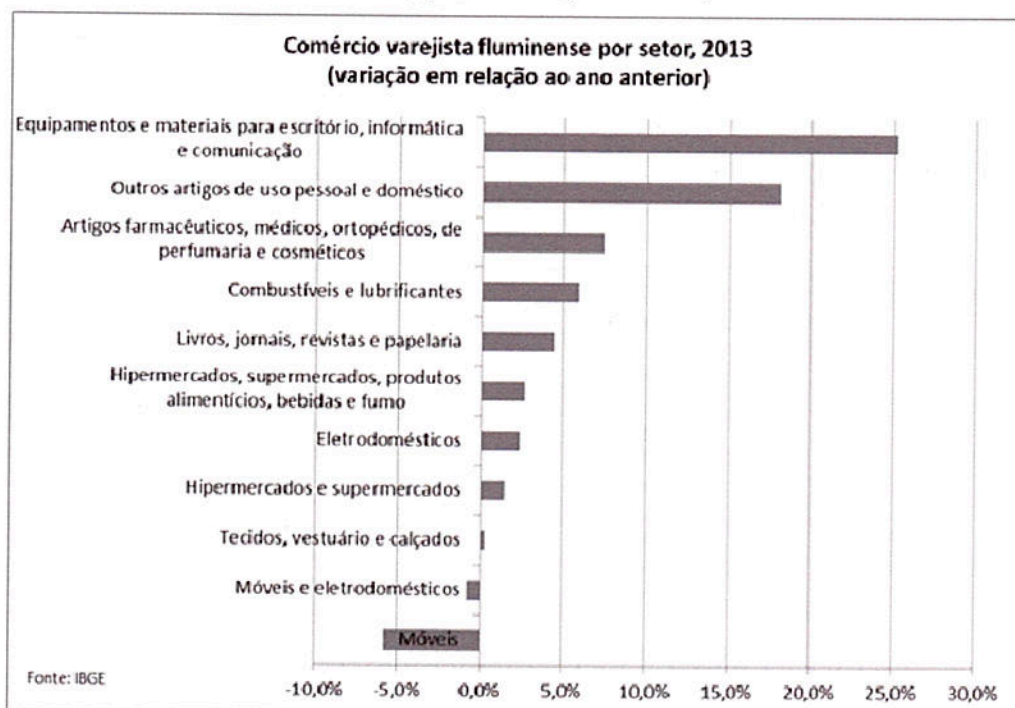
**Desempenho industrial fluminense por setor, 2013  
(variação em relação ao ano anterior)**



Fonte: Firjan

24. A evolução do emprego estadual na indústria de transformação anotou um acréscimo de 2,44% no ano, acima do registrado no país (1,54%). Houve em 2013 um saldo líquido de 11.411 novos postos de trabalho.
25. De acordo com o IBGE, o comércio varejista do Estado do Rio de Janeiro registrou aumento de 5,0% em 2013, acima da média do país (4,3%). O setor de equipamentos de informática manteve papel de destaque, na medida em que apresentou alta de 25,2%. Outros artigos de uso doméstico,

também registraram crescimento importante no ano (18,1%). Os artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, por sua vez, subiram 7,4%.



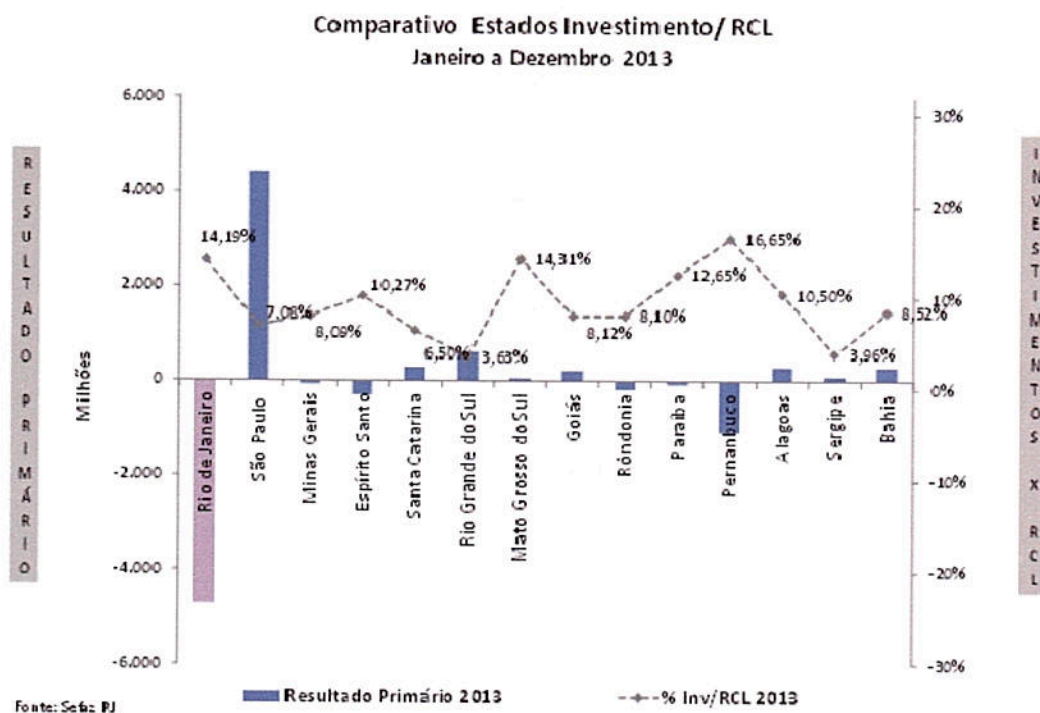
26. O índice de confiança do empresário industrial fluminense (ICEI-RJ), medido pela Firjan, sugere que as expectativas, apesar da fragilidade observada no segundo trimestre de 2013, dão sinais de recuperação. Pelo lado da demanda, a expectativa do consumidor (INEC), calculada pela CNI, apresentou uma tendência de alta nos últimos meses do ano.
27. Segundo o DETRAN-RJ (Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro), a frota automobilística fluminense fechou o ano de 2013 com 6.107.251 veículos, ante 5.756.786 verificado em 2012, um crescimento de 6,09%. Cabe salientar a evolução do segmento dos comerciais leves (caminhonete, caminhoneta e utilitário), que registrou neste ano um aumento de 9,23% no número de veículos. Além disso, nota-se que os ciclomotores, triciclos, quadriciclos e sidecars enquadrados na linha outros, apresentaram um acréscimo de 80,11%, com destaque para os ciclomotores que puxaram para cima este indicador, por conta do aumento de 125,54%, frente ao ano anterior.

Frota por Tipo de Veículo Rio de Janeiro			
Segmento	2012	2013	2013/2012
a) Autos	4.050.954	4.265.781	5,30%
b) Com. Leves	529.535	578.411	9,23%
<b>(a+b)</b>	<b>4.580.489</b>	<b>4.844.192</b>	<b>5,76%</b>
c) Caminhões	152.681	160.234	4,95%
d) Ônibus	79.929	83.269	4,18%
<b>(c+d)</b>	<b>232.610</b>	<b>243.503</b>	<b>4,68%</b>
<b>SubTotal</b>	<b>4.813.099</b>	<b>5.087.695</b>	<b>5,71%</b>
e) Motos	874.384	940.154	7,52%
f) Reboques	61.534	66.408	7,92%
g) Outros	6.520	11.743	80,11%
h) Tratores	1.249	1.251	0,16%
<b>TOTAL</b>	<b>5.756.786</b>	<b>6.107.251</b>	<b>6,09%</b>

Fonte: Detran RJ



28. Apesar do crescimento mais modesto da frota fluminense neste ano por conta da suavização dos efeitos da política de desoneração do IPI para os veículos automotores, observaram-se, ainda, números consideráveis de emplacamentos no período analisado. De acordo com a Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores), a procura por automóveis em 2014 deve se estabilizar, após uma redução no ritmo das vendas verificada em 2013.
29. O IPCA – Rio de Janeiro fechou o ano em 6,16%, superando os 5,91% nacionais, mas desacelerando em relação aos 7,34% observados em 2012. O resultado decorre, sobretudo, da inflação de alimentos e bebidas, que atingiu 9,34%. A previsão para a inflação brasileira do ano de 2014, segundo a expectativa de mercado do BC, é de 5,92% (FOCUS de 14/02/2014).
30. Portanto, nota-se que o ano de 2013 foi positivo sob diversos aspectos. A indústria de transformação e o comércio varejista obtiveram resultados favoráveis, que contribuíram para a evolução do emprego no estado. Segundo dados do CAGED, neste ano o Rio de Janeiro registrou um aumento de 2,67% na criação líquida de postos de trabalho. O ano de 2014 deve ser ainda mais auspicioso, diante dos grandes eventos esportivos, que corroborarão para dinamização da matriz econômica do estado.
31. O Estado do Rio de Janeiro investiu 14,19% da Receita Corrente Líquida em 2013, acima de estados como São Paulo (7,08% da RCL) e Minas Gerais (8,09% da RCL). Isso justifica o resultado primário negativo do Rio de Janeiro no ano.

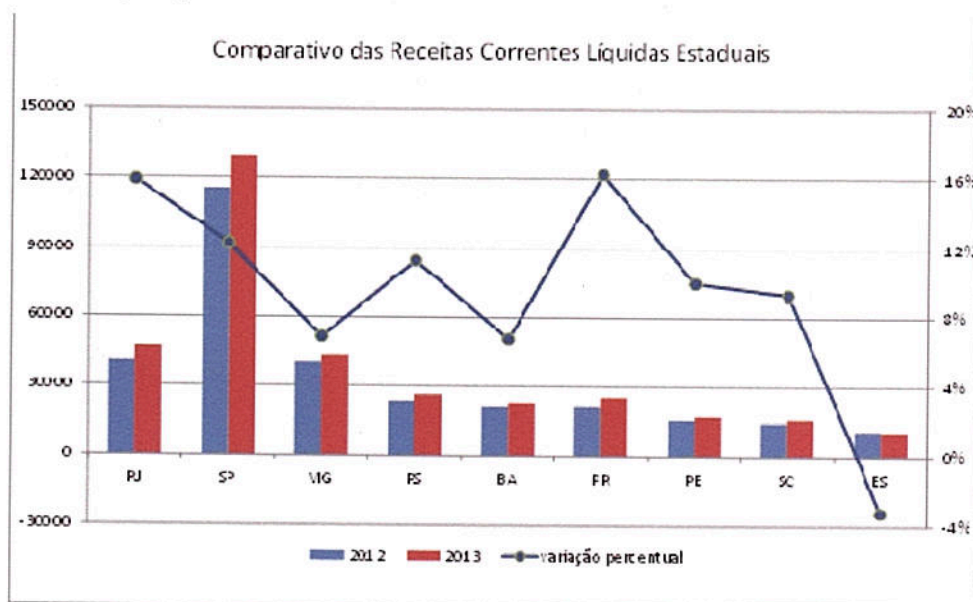


32. Sob o enfoque da Receita, o Estado do Rio de Janeiro obteve um crescimento da RCL, em 2013, de 15,88%, o que representa em termos reais uma variação positiva de 9,53%. Nota-se que neste último ano o RJ alcançou o maior aumento percentual das Receitas Correntes Líquidas, dentre todos os estados da região sudeste.
33. Por conta da evolução da arrecadação estadual verificada nesses últimos anos, o ERJ possibilitou o aumento dos investimentos em um período de realização de grandes eventos esportivos. Esses investimentos, provavelmente, serão capazes de gerar reflexos significativos tanto no emprego, quanto na renda fluminense.

*JS*



34. Em 2013, o governo do Estado do Rio de Janeiro manteve sua gestão fiscal sob controle. O Resultado Orçamentário foi superavitário em R\$ 530 milhões e o Resultado Primário apresentou o valor de - R\$ 1.080 milhões. Este resultado negativo se justifica pelo aumento dos investimentos custeados com operações de crédito.



Evolução do Resultado Fiscal do Estado do Rio de Janeiro					
	2011	2012	2013	Var 12/11	Var 13/12
Atrasos/deficiência	-1.004	-900	530	10%	159%
Superávit Primário	3.365	743	-1.080	-78%	-245%

Em R\$ Milhões

35. A Receita Bruta Nominal do Rio de Janeiro terminou o ano de 2013 com o valor de R\$ 56.144 milhões, apresentando uma variação nominal de + 17% (+ 8.026 milhões). Esse aumento é fruto da elevação das Receitas de Arrecadação própria, que cresceram 22% frente a 2012, atingindo o valor de R\$ 42.061 milhões.

Evolução da Receita do Estado do Rio de Janeiro					
	2011	2012	2013	Var 12/11	Var 13/12
Receita Bruta	44.284	48.118	56.144	9%	17%
Receita de Arrecadação Própria	31.783	34.530	42.061	9%	22%

Em R\$ Milhões

36. Com relação às despesas não financeiras, houve um incremento nominal de 22,38%, em 2013, em relação ao exercício do ano anterior. A despesa com pessoal apresentou aumento nominal de 9% em relação a 2012. No item Outras Despesas Correntes, o Estado teve, em 2013, dispêndios 17% maiores que em 2012. Já os investimentos apresentaram, em 2013, um aumento de 28%.

Evolução da Despesa Não Financeira do Estado do Rio de Janeiro					
	2011	2012	2013	Var 12/11	Var 13/12
Despesa não Financeira	33.243	38.947	47.665	17%	22%
Pessoal e Encargos	17.310	20.813	22.649	20%	9%
Outras Despesas Correntes	11.359	12.464	14.557	10%	17%
Investimentos	4.231	5.091	6.529	20%	28%

Em R\$ Milhões

*LF*

37. A Dívida Pública Estadual terminou o ano de 2013 com o valor de R\$ 78.956 milhões. O aumento do Estoque, quando comparado com o ano anterior, pode ser explicado pela variação positiva do IGP-DI (que responde pela indexação da maior parte da dívida pública fluminense) e pelo ingresso de recursos de operações de crédito em fase de desembolso.

Evolução do Estoque da Dívida do Estado do Rio de Janeiro			
	2011	2012	2013
Dívida Fundada Total	63.119	70.913	78.956

Em R\$ Milhões

38. Diante de todas as considerações, é fundamental a continuidade da reestruturação das finanças do Estado. Sendo assim, o Governo Estadual solicita a revisão do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, com vistas a manter o equilíbrio fiscal já conquistado.

LFS



## 2. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA

39. O Programa, parte integrante do contrato de renegociação da dívida do Estado com a União, tem por objetivo viabilizar a sustentação fiscal e financeira do Estado em bases permanentes. Assim, enquanto vigorar o contrato, o ajuste fiscal terá como fundamento a estratégia do Estado voltada à obtenção de resultados primários suficientes para, em conjunto com as demais fontes de financiamento, limitar os atrasos / deficiências em 2014 ao valor constante no Anexo I e possibilitar a cobertura do serviço da dívida sem atrasos / deficiências em 2015 e 2016.
40. Os esforços de ajuste fiscal e financeiro desenvolvidos pelo Estado são movidos também pelo objetivo de assegurar a prestação de serviços públicos em atendimento às demandas da população, ao mesmo tempo em que contribuem para a manutenção do equilíbrio macroeconômico do país. Nesse sentido, o Estado dará sequência ao Programa iniciado em 1999 por meio do cumprimento das metas ou compromissos e da implementação das ações, definidos na seção 3 deste documento.



### 3. METAS OU COMPROMISSOS

#### META 1 $\Rightarrow$ RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RECEITA LÍQUIDA REAL

TRAJETÓRIA DA RELAÇÃO DÍVIDA / RECEITA LÍQUIDA REAL		
EXERCÍCIO	INFERIOR	SUPERIOR
2014	2,12	2,17
2015	2,01	2,09
2016	1,93	2,05
2017	1,81	1,92
2018	1,67	1,77
2019	1,53	1,63
2020	1,40	1,49
2021	1,26	1,35
2022	1,13	1,20
2023	0,99	1,06
2024	0,85	0,91

41. A meta 1 do Programa, que resulta dos termos acertados com a União, segundo o refinanciamento de dívidas ao amparo da Lei nº 9.496/97, é não ultrapassar, em cada ano, o limite superior da relação D/RLR da trajetória acima especificada até que o valor da dívida financeira total do Estado (D) não seja superior ao da sua receita líquida real (RLR) anual.
42. A trajetória inferior considera o estoque das dívidas suportadas pelo Tesouro do Estado, inclusive das que foram refinanciadas ao amparo da Lei nº 9.496/97, e os efeitos financeiros das operações de crédito em execução, na posição de 31 de dezembro de 2013. A trajetória superior acresce à dívida da trajetória inferior os efeitos financeiros das operações de crédito a contratar referidas no Anexo V. A consideração de operações de crédito a contratar na trajetória superior do Programa **não significa anuência prévia da STN**, já que as referidas operações deverão ser objeto de outras avaliações específicas, especialmente no que diz respeito aos requisitos para contratação e concessão de garantia da União.





## **META 2 ⇒ RESULTADO PRIMÁRIO**

<b>RESULTADO PRIMÁRIO EM R\$ MILHÕES</b>		
2014	2015	2016
(1.646)	(837)	3.974

43. A meta 2 do Programa é a obtenção de resultados primários, conforme acima especificados. No caso de eventual frustração de alguma receita, o Estado se compromete a adotar as medidas necessárias em termos de aumento de outras receitas e/ou diminuição de despesas, de forma a alcançar os resultados primários estabelecidos. Em 2014, na eventualidade de não conseguir realizá-lo, o Estado não poderá superar o montante de atrasos / deficiência referido no Anexo I do Programa. Em 2015 e 2016, na eventualidade de não conseguir realizá-los, o Estado se compromete a não gerar atrasos/deficiências.

## **META 3 ⇒ DESPESAS COM FUNCIONALISMO PÚBLICO**

<b>DESPESAS COM PESSOAL / RECEITA CORRENTE LÍQUIDA EM %</b>		
2014	2015	2016
60,00	60,00	60,00

44. A meta 3 do Programa consiste em limitar as despesas com pessoal a 60,00% da receita corrente líquida (RCL), fontes tesouro, segundo os conceitos expressos no TET. Conforme o Anexo I, as projeções de comprometimento da RCL com despesas de pessoal serão de 54,57%, 58,19% e 59,82% em 2014, 2015 e 2016, respectivamente.
45. Caso esses percentuais sejam ultrapassados, mesmo que inferiores a 60,00% da RCL, o Estado buscará os ajustes pertinentes nas demais despesas e nas receitas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.
46. Com vistas à observância dos valores programados das despesas com pessoal nos próximos três anos, o Estado deverá manter sua política de despesas de funcionalismo público de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

LF

#### **META 4 ⇒ RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA**

<b>RECEITAS DE ARRECADAÇÃO PRÓPRIA EM R\$ MILHÕES</b>		
2014	2015	2016
42.858	49.995	55.772

47. A meta 4 do Programa é alcançar os montantes de receitas de arrecadação própria indicados acima. Os valores estão expressos a preços correntes e consideram as projeções estaduais para as receitas discriminadas no TET.
48. Com vistas à obtenção dos valores programados de receitas de arrecadação própria para os próximos três anos, o Estado deverá continuar com a política adotada desde 2007, como: aperfeiçoamento da legislação tributária, ampliação das ações fiscais, aperfeiçoamento dos sistemas arrecadatórios, troca de informações fiscais entre os fiscos, a melhoria dos sistemas de informática que subsidiam a fiscalização e todas as demais políticas que possibilitem maximizar a arrecadação própria do Estado.

#### **META 5 ⇒ REFORMA DO ESTADO, AJUSTE PATRIMONIAL E ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

49. A meta 5 do Programa é alcançar os seguintes compromissos:
- a. manter no âmbito do Poder Executivo Estadual, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda, Grupo de Trabalho denominado Grupo de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio de Janeiro – GTCON/RJ, com o fim de elaborar planejamento estratégico e implementar medidas que possibilitem:
    - I. adaptação da contabilidade pública estadual aos requerimentos do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; e
    - II. a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP
  - b. implementar sistema de custos que:
    - I. permita avaliar e evidenciar os resultados da gestão;
    - II. permita mensurar os custos dos programas e das unidades da administração pública estadual; e
    - III. forneça informação comparável com outras unidades da federação.
  - c. limitar as outras despesas correntes aos percentuais da RLR de 37,62% em 2014, 32,62% em 2015 e 30,98% em 2016, conforme o Anexo I;
  - d. manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento de empresas estatais dependentes;
  - e. manter estrutura técnico-institucional de acompanhamento do Programa, com a participação de integrantes da Secretaria da Fazenda, do Estado do Rio de Janeiro, conforme Resolução nº 40.613/2007 e Resolução SEFAZ nº 45/07;
  - f. manter atualizados o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN), na Caixa Econômica Federal, e o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI), na Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com os normativos vigentes;
  - g. encaminhar à STN, até o dia 31 de maio de cada ano, Relatório sobre a execução do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado relativo ao exercício anterior e sobre as perspectivas para



o triênio seguinte (Relatório do Programa), contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como as ações executadas;

- h. divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

#### **META 6 ⇒ DESPESAS DE INVESTIMENTOS**

<b>DESPESAS DE INVESTIMENTOS / RECEITA LÍQUIDA REAL EM %</b>		
2014	2015	2016
19,14	17,34	7,70

50. A meta 6 do Programa consiste em limitar as despesas de investimentos aos percentuais da RLR indicados acima.
51. Em caso de eventual frustração das fontes de financiamento, o Estado buscará os ajustes pertinentes em suas despesas, de forma a manter os resultados definidos na meta 2.

#### **4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS VINCULADOS À INCLUSÃO E MANUTENÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO A CONTRATAR**

52. Esta revisão do Programa contempla a inclusão e manutenção de operações de crédito a contratar. Para esse fim, o Programa prevê objetivos específicos, descritos na seção V do TET: *Descrição das Condições de Inclusão e Manutenção de Operações de Crédito a Contratar Constantes do Anexo V na Revisão do Programa.*

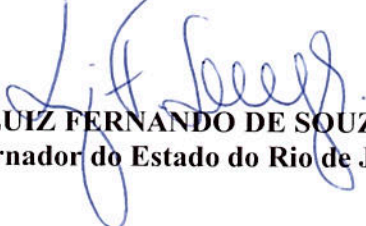




## **5. SISTEMÁTICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROGRAMA E DE VERIFICAÇÃO E REVISÃO DAS METAS OU COMPROMISSOS**

53. Durante a vigência do Contrato, o Programa será elaborado para o período de três anos e terá caráter rotativo, devendo o Estado manter interlocução com a STN por meio de, entre outros:
- a. missões técnicas da STN; e
  - b. remessa tempestiva de dados, informações e documentos discriminados no TET.
54. A avaliação do cumprimento de metas e compromissos estabelecidos no Programa será efetuada anualmente. Até o dia 31 de maio de cada ano, o Estado encaminhará à STN Relatório do Programa relativo ao exercício anterior, contendo análise detalhada do cumprimento ou descumprimento de cada meta ou compromisso, bem como das ações executadas. Após essa data, havendo indicações, decorrentes do processamento do conjunto de informações encaminhadas, de que houve o descumprimento das metas 1 ou 2 do Programa, o Estado terá sua adimplência suspensa em relação às metas e aos compromissos do Programa.
55. Em 2015, o Estado poderá manifestar interesse em não revisar o Programa. Caso a opção seja pela revisão, deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2015-2017, devendo-se iniciar as negociações pertinentes entre as partes. Se até 31 de outubro não for concluída a revisão do Programa, entende-se que há plena concordância das partes com a manutenção do Programa vigente.
56. Em 2016, o Estado deverá apresentar até 31 de maio proposta preliminar de metas e compromissos para o triênio 2016-2018. O Programa resultante deverá expressar a continuidade do processo de reestruturação e ajuste fiscal do Estado. O Estado entende que a não revisão do Programa em 2016 equivale ao descumprimento de seis metas, implicando apenamento nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
57. O Estado entende que o não cumprimento das metas e compromissos o sujeitará às sanções previstas na cláusula vigésima quinta, incluída no Contrato pela cláusula segunda do Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato, firmado sob a égide da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, com redação dada pela Lei nº 10.661, de 22 de abril de 2003.
58. O Estado autoriza a STN a divulgar, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os dados e informações relativos ao Programa, consoante o que dispõe o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
59. Este é o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal que o Governador do Estado do Rio de Janeiro subscreve em cumprimento ao § 3º do art. 1º da Lei nº 9.496/97. O comprometimento com as metas e compromissos considerados neste Programa não desobriga o Estado de cumprir a legislação e as regulamentações existentes.

**Rio de Janeiro – RJ, 20 de junho de 2014.**

  
**LUIZ FERNANDO DE SOUZA**  
**Governador do Estado do Rio de Janeiro**